

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

O PCP tomou conhecimento de um despedimento coletivo em curso de 170 trabalhadores que exercem funções permanentes no Contact Center da PT no Areeiro, em Lisboa.

A operadora de telecomunicações “O2” pretenderá reduzir a sua atividade em Portugal em dois terços.

O PCP há muitos anos que vem acompanhando com enorme preocupação a situação dos trabalhadores subcontratados por empresas de trabalho temporário que respondem a necessidades permanentes de grandes empresas nacionais e multinacionais na área das telecomunicações, particularmente no que toca a situações de reiterada violação dos seus direitos laborais.

O recurso à precariedade na contratação destes trabalhadores tem impactos muito negativos na sua vida profissional, pessoal e familiar, gerando uma profunda instabilidade quanto ao seu futuro.

O PCP considera inaceitável que estas empresas recorram sistematicamente à subcontratação de trabalhadores quando teriam todas as condições económicas e financeiras para assegurar a contratação efetiva, com o reconhecimento dos direitos socio laborais decorrentes.

Estes trabalhadores não podem ser tratados como se fossem «material descartável» quando de facto contribuem com o seu trabalho e esforço para o funcionamento e expressivos lucros destas empresas de telecomunicações.

O PCP reafirma a sua posição de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efetivo, pois a garantia do emprego com direitos é condição de desenvolvimento e progresso do país.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Tem o Governo conhecimento de alguma ação inspetiva da ACT neste local de trabalho? Se sim, quais as conclusões?
3. Que medidas urgentes vai o Governo tomar para garantir a manutenção de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 28 de Janeiro de 2015

Deputado(a)s

DAVID COSTA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

RITA RATO(PCP)